



greve NACIONAL

18
NOV

Não aceitamos continuar a empobrecer!

Os trabalhadores da Administração Pública – em especial os da Administração Local e Regional – exigem a valorização urgente dos salários e a reposição do poder de compra.

A inflação prevista em 2022 é de 7,8%, mas o governo PS propõe “aumentos” médios de 3,6%. Resultado? A continuação do empobrecimento dos trabalhadores, que só este ano vão perder cerca de um mês de salário. É INACEITÁVEL!

A Frente Comum – na Proposta Reivindicativa Comum para 2023 – apresentou soluções que valorizam os trabalhadores, ao passo que a opção do Governo (inscrita na proposta de Orçamento do Estado para 2023) é a manutenção da política dos baixos salários, da precaridade laboral e do desinvestimento dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado. **Vejamos algumas situações:**

Proposta Reivindicativa Comum 2023 vs. Proposta do Governo

Proposta da Frente Comum	Resposta do governo	Consequência
Aumento imediato dos salários, para repor poder de compra perdido em 2022	Não	Empobrecimento dos trabalhadores!
Aumentos de 10%, com mínimo de 100€, em 2023	Não! 52€ por trabalhador, ou 2%	Empobrecimento! Perdas acumuladas a rondar os 20%!
Valorização das carreiras	Não	Empobrecimento e Administração Pública menos atractiva aos jovens!
Revogação do SIADAP	Não	10 anos para subir 1 posição para 75% dos trabalhadores!
Repor a diferença entre os níveis da TRU	Não	Continuação da desvalorização da complexidade das carreiras!
Relevante ou equivalente neste biénio	Não	Só valorizam com palavras o trabalho na Administração Pública!



O governo PS anuncia "medidas que revelam grande esforço"! Mas serão mesmo?

Proposta da Frente Comum	Resposta do governo	Consequência
850€ - salário mínimo na Administração Pública	761,58€	Não permite recuperar o poder de compra perdido
9€ - Subsídio de alimentação	5,20€	Borla fiscal às empresas e 0,43€ para os trabalhadores da Administração Pública
Respeito e valorização da antiguidade	Alterar 1 ou 2 posições remuneratórias aos Ass. Operacionais que tenham mais de 15 ou de 30 anos de serviço, mas apenas quando tiverem 10 pontos no SIADAP	Quase ninguém será abrangido em 2023

Diz o governo que quer "perspectivar o futuro". Mas que compromissos assume afinal?

Medida do governo	Quando será aplicada?	Qual o efeito e compromisso concreto/escrito assumido?
Aumento de 2 posições aos Assistentes Técnicos	Logo se vê...	Nenhum
Valorização dos salários em 208€ durante os próximos 4 anos	Logo se vê...	Nenhum
Valorização da TRU ao longo da Legislatura	Logo se vê...	Nenhum

Os trabalhadores estão cada vez mais pobres e a sofrer com o brutal agravamento do preço dos bens essenciais e da inflação! Já os grandes grupos económicos e o próprio Estado acumulam lucros e impostos obscenos! A luta é essencial para combater as políticas do governo.

O STAL REIVINDICA, ENTRE OUTRAS MEDIDAS:

- Aumento salarial de 10%, num mínimo de 100 €, para todos os trabalhadores; aumento do salário mínimo na Administração Pública para 850 €; e actualização do subsídio de refeição para 9 €;
- Correção da Tabela Salarial - TRU; e revogação do SIADAP, e a sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, equitativo e justo;
- Aplicação efectiva do SPI, e a inclusão do risco, abrangendo todos os trabalhadores que desempenham actividades penosas, insalubres e de risco;
- Descongelamento das promoções e das progressões nas posições remuneratória, abrangendo todas as carreiras e categorias;
- Reposição das carreiras, índices remuneratórios e dos conteúdos profissionais específicos;
- Valorização das carreiras profissionais específicas;
- Actualização do valor de todos os suplementos remuneratórios.

Só com o aumento dos salários se valorizam os Serviços Públicos e se garantem as Funções Sociais do Estado.

ADERE À GREVE NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DIA 18 DE NOVEMBRO.

JUNTOS TEMOS MAIS FORÇA! PARTICIPA E MOBILIZA